

A RELAÇÃO HOMEM- NATUREZA AO LONGO DOS TEMPOS: UMA LEITURA À LUZ DA ECOLOGIA HUMANA

THE THEORETICAL CONSTRUCTION OF THE HUMAN-NATURE
RELATIONSHIP THROUGHOUT THE AGES: A READING IN LIGHT OF
HUMAN ECOLOGY

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 10/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/791606783](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/791606783)

Pâmela Rocha Bagano Guimarães¹

Dinani Gomes Amorim²

Daniel Henrique Pereira Espíndula³

RESUMO

A presente produção teórica aborda a complexa relação histórica entre humanidade e natureza, evidenciando suas transformações desde as sociedades pré-históricas até a contemporaneidade. Na pré-história, predominava uma relação simbiótica, em que a natureza era compreendida como sagrada e dotada de vida. Com a Revolução Neolítica e o desenvolvimento da agricultura, iniciou-se a sedentarização e um processo crescente de domínio sobre o meio ambiente. Ao longo da história, o pensamento filosófico grego e a teologia medieval reforçaram uma visão hierárquica e instrumental da natureza. Essa perspectiva foi consolidada na modernidade com o racionalismo cartesiano e a ciência mecanicista, que fragmentaram a compreensão da realidade e intensificaram a exploração dos recursos naturais. Tal lógica atingiu seu ápice com a Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo, baseados na dominação técnica e na maximização da produtividade. Diante das atuais crises socioambientais, torna-se urgente superar o paradigma dualista que separa ser humano e natureza. Nesse contexto, a ecologia humana surge como proposta epistemológica e metodológica central, ao integrar saberes das ciências naturais, sociais e humanas, buscando compreender a interdependência entre sociedade e meio ambiente. Autores como Bruno Latour, Edgar Morin e Joan Martínez-Alier destacam a necessidade de uma abordagem transdisciplinar que reconheça a coevolução entre sistemas sociais e ecológicos. A ecologia humana, portanto, não apenas interpreta impactos, mas propõe uma nova ética baseada na corresponsabilidade, na justiça socioambiental e na regeneração dos ecossistemas, visando garantir condições sustentáveis para as gerações presentes e futuras.

Palavras-chave: Relação; Natureza; História; Crise Ambiental; Ecologia Humana.

ABSTRACT

This theoretical work addresses the complex historical relationship between humanity and nature, highlighting its transformations from prehistoric societies to the contemporary era. In prehistory, a symbiotic relationship prevailed, in which nature was understood as sacred and imbued with life. With the Neolithic Revolution and the development of agriculture, processes of sedentarization and increasing human control over the environment began. Throughout history, Greek philosophical thought and medieval theology reinforced a hierarchical and instrumental view of nature. This perspective was consolidated in modernity through Cartesian rationalism and mechanistic science, which fragmented the understanding of reality and intensified the exploitation of natural resources. Such logic reached its peak with the Industrial Revolution and the consolidation of capitalism, both grounded in technical domination and the maximization of productivity. In the face of current socio-environmental crises, it is imperative to overcome the dualistic paradigm that separates human beings from nature. In this context, human ecology emerges as a central epistemological and methodological approach, integrating knowledge from the natural, social, and human sciences to understand the interdependence between society and the environment. Authors such as Bruno Latour, Edgar Morin, and Joan Martínez-Alier emphasize the need for a transdisciplinary approach that recognizes the coevolution of social and ecological systems. Human ecology, therefore, not only interprets impacts but also advocates for a new ethical framework based on co-responsibility, socio-environmental justice, and ecosystem regeneration, aiming to ensure sustainable living conditions for present and future generations.

Keywords: Relationship; Nature; History; Environmental Crisis; Human Ecology.

1. INTRODUÇÃO À RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA

A relação entre os seres humanos e a natureza constitui uma das mais antigas, complexas e fundamentais questões da experiência humana. Desde as origens da espécie, o ser humano esteve profundamente enraizado nos processos ecológicos que sustentam a vida, desenvolvendo formas de adaptação, sobrevivência e significação que refletiam uma interdependência direta com o ambiente natural.

A sociedade depende da intervenção humana na natureza para se manter, isso é fato. O problema é que a natureza não é inesgotável, e seus recursos precisam ser usados com respeito e cuidado. A relação entre os dois é de dependência mútua: o homem é parte da história natural, e é na natureza que sua existência se apoia concretamente (Oliveira, 2011).

No entanto, essa relação não permaneceu estática: ao longo da história, ela se transformou de maneira significativa, atravessando diferentes contextos históricos, culturais, tecnológicos e simbólicos. Compreender como o ser humano interpreta o mundo natural está intrinsecamente conectado à organização do estilo de vida de uma cultura específica. Portanto, a explicação dos desenvolvimentos históricos da interação entre a humanidade e o ambiente é crucial para o entendimento das ações humanas para com o ambiente (Naves; Bernardes, 2014).

Para Mendes (2010), a relação entre ser humano e natureza foi interpretada de maneiras distintas ao longo da história, conforme a perspectiva de cada observador. Ela pode ser vista tanto como um percurso de evolução e aprimoramento quanto como uma sucessão

de rupturas e equívocos que apontariam para a autodestruição humana.

A relação homem-natureza, por vezes formata em dominação e exploração e em outras vezes por equilíbrio e mesmo reverências, caminhou por tensões elementares entre o viver humano e o mundo natural. Esse dualismo homem natureza tem sua origem conceitual e histórica com fundamento em Kant, que pontuava que a essência interna dos homens envolvia suas emoções e instintos primitivos, ao passo que a realidade externa consistia no meio social e tangível em que as pessoas residiam (Soarez de Oliveira, 2007).

Segundo Smith (1988 apud Soarez de Oliveira, 2007):

(...)essa "concepção dual de natureza aponta uma natureza exterior, concebida como a natureza primitiva, 'criada por Deus' [...] a matéria-prima da qual a sociedade é construída, o reino dos objetos e dos processos que existem fora da sociedade. Rochas, rios, árvores: elementos que a produção social vai absorvendo. A outra face é a natureza universal, "a natureza humana, na qual está implícito que os seres humanos e seu comportamento são absolutamente tão naturais quanto os aspectos ditos 'externos' da natureza" (p. 2).

Para entender esse percurso, é preciso deixar de lado os dualismos que marcaram o pensamento ocidental por séculos, como natureza e cultura, sujeito e objeto, humanidade e meio ambiente. Grande parte deles vem do modelo cartesiano, que deu à ciência moderna um de seus princípios centrais: homem e natureza são coisas

separadas. A natureza vira objeto de estudo, e o homem, apoiado na razão, passa a explicar os fenômenos em partes, de forma fragmentada (Rezzadori, 2017; Pereira; Machado, 2022).

Essas dicotomias, herdadas do racionalismo moderno e das filosofias da técnica, contribuíram para uma visão fragmentada da realidade, dificultando a percepção das múltiplas interações entre sistemas sociais e ecológicos. Numa crítica moderna do filósofo Bruno Latour, (1994), ele pontua como esse processo de separação, dificulta o entendimento de catástrofes naturais e modificações da natureza, que em decorrência dessa dicotomia, ainda é visualizada como separada do homem. Sobre as reflexões do filósofo supracitado, Castro e Oliveira (2018) pontuam:

Temos pautado nossa compreensão coletiva e consequentemente nossas ações em uma ideia dicotômica de mundo, de que existiriam duas zonas ontológicas inteiramente distintas e puras, a dos humanos (polo Sociedade/Sujeito) de um lado, e a dos não-humanos (polo Natureza/Objeto) de outro (Latour 1994). Esse abismo, diz Latour, instituído pelos modernos, entre os supostos domínios da realidade, tem nos paralisados frente a fenômenos como o aquecimento global, a perda de biodiversidade, a poluição atmosférica, a poluição dos oceanos, a escassez de água potável e outras tantas questões ditas “ambientais”. Isso ocorre porque na prática onde quer que lidemos com um fenômeno aludido como “Natural”, encontremos tipos de elos/relações com o humano e onde quer que abordemos o dito “Social” descobriremos associações/vínculos profundos com o não-humano (Latour, 2013a). Para Latour (2004), não é possível purificar essas alianças, colocando de um lado o essencialmente humano, subjetivo, e de outro o não humano, o essencialmente objetivo, pois elas são indissociáveis. (p. 349)

Os cientistas sociais já descobriram muita coisa, mas a humanidade continua sem respeitar os limites da natureza e segue consumindo recursos de forma insustentável (Hawcroft; Milfont, 2010). Hoje, as questões ambientais estão ligadas ao próprio desenvolvimento da civilização e às crises sociais, econômicas e políticas que vêm junto com ele. A degradação ambiental deixou de ser um problema só da natureza e passou a ser um problema socioambiental (Naves; Bernardes, 2014).

A preservação do meio ambiente, considerado um bem de uso comum do povo pela Constituição Federal (Brasil, 1988), é um dos grandes problemas da atualidade para o poder público, responsável por garantir qualidade de vida aos brasileiros. Assegurar qualidade de vida ao cidadão é um conceito amplo que pode se estender desde preservar a natureza, garantir saúde e educação, até promover o crescimento econômico de um país, aumentando a renda per capita de sua população. Diante deste contexto, o interesse em se compreender essa relação pessoa-ambiente tem crescido no cenário científico.

O início do século XIX tem se mostrado um marco no avanço com pesquisas dessa temática, incluindo discussões crescentes no âmbito da interdisciplinaridade. As ciências clássicas sejam elas humanas, exatas ou biológicas, vêm tentando contribuir para a compreensão dessa relação indivíduo ambiente, mas a dificuldade destas em trabalhar de forma holística, considerando as diversas composições desse cenário, e o condicionamento cultural de definições estáticas de leis gerais tem sido um obstáculo para o avanço dessa discussão (Alvim, 2014).

Nesse cenário, assume um protagonismo a abordagem da ecologia humana, um campo teórico-metodológico de caráter interdisciplinar, que busca integrar os saberes das ciências naturais, sociais e humanas para investigar as relações recíprocas entre os seres humanos e seus ambientes. A ecologia humana propõe uma leitura sistêmica, relacional e histórica, na qual os seres humanos são vistos não como entidades externas à natureza, mas como parte ativa e constituinte de ecossistemas dinâmicos e interdependentes (Alvim, 2014).

Ademais, essa perspectiva reconhece que a organização das sociedades humanas, bem como suas práticas culturais, tecnologias e modos de ocupação dos territórios, exercem pressões seletivas e promovem transformações no ambiente, ao mesmo tempo em que são condicionadas pelas dinâmicas ecológicas, tanto locais quanto globais. Dessa maneira, a Ecologia Humana possibilita compreender a relação entre seres humanos e natureza não como uma realidade estática, mas como um processo co-produtivo, caracterizado por intercâmbios simbólicos, materiais e institucionais (Alvim; Castelhanos, 2017).

Dessa forma, compreender a trajetória histórica da relação homem-natureza, desde os primeiros hominídeos até as sociedades tecnológicas contemporâneas, requer não apenas uma leitura cronológica dos eventos, mas uma análise crítica e integrada que articule os fatores biológicos, culturais e ecológicos envolvidos. E é essa a proposta deste trabalho: refletir sobre os principais momentos e transformações dessa relação ao longo da evolução humana, destacando a contribuição da ecologia humana como ferramenta conceitual para compreender os desafios socioambientais do presente e projetar caminhos sustentáveis para o futuro.

Para tanto, o presente trabalho caracteriza-se como um estudo teórico, de natureza qualitativa, construído a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Por meio de uma abordagem histórico-crítica e interdisciplinar, buscou-se articular referenciais da filosofia ambiental, da antropologia, da história ambiental e da ecologia humana a fim de se compreender as transformações da relação entre humanidade e natureza ao longo do tempo.

2. AVANÇAR HISTÓRICO DA RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA

A relação entre seres humanos e natureza é intrinsecamente complexa, uma vez que existem múltiplas formas de interação, originadas a partir da própria construção social de cada indivíduo e de cada contexto territorial. Além disso, ela é atravessada por distintas percepções sobre como o ser humano enxerga e se posiciona frente à natureza, o que torna indispensável a adoção de análises interdisciplinares capazes de abarcar suas diferentes dimensões. Gonçalves (2008) destaca que, assim como é necessária a integração entre as ciências humanas e as ciências naturais para uma compreensão mais ampla das dinâmicas ambientais, também é imprescindível que o componente social não seja dissociado das análises ambientais, permitindo, assim, uma abordagem mais abrangente da complexidade que envolve as questões ecológicas.

Essa interação passou por transformações significativas ao longo da história, acompanhando as mudanças nos modos de vida, nos sistemas tecnológicos, nas percepções de mundo e nas estruturas socioculturais. A partir de uma abordagem ecológica e interdisciplinar, tal qual da Ecologia Humana (Marten, 2001), compreende-se que essa relação segue uma lógica fragmentada, sem linearidade, e é configurada por dinâmicas complexas, que envolvem fatores biológicos, culturais, simbólicos e ambientais, interagindo de forma contínua e interdependente.

O homem passou por diversas esferas na sua relação com a natureza. Oliveira (2011) aponta o trabalho como modificador dessas esferas:

No princípio da humanidade, havia uma unicidade orgânica entre o homem e a natureza, onde o ritmo de trabalho e da vida dos homens associava-se ao ritmo da natureza. No contexto do modo de produção capitalista, este vínculo é rompido, pois a natureza, antes um meio de subsistência do homem, passa a integrar o conjunto dos meios de produção do qual o capital se beneficia.

No processo de apropriação e de transformação dos recursos pelo homem, através do trabalho, ocorre o processo de socialização da natureza. O trabalho torna-se então, o mediador universal na relação do homem com a natureza. '(...) o trabalho é, num primeiro momento, um processo entre a natureza e o homem, processo em que este realiza, regula e controla por meio da ação, um intercâmbio de materiais com a natureza' (Marx, 1967:188). Partindo desse pressuposto, a separação do homem de suas condições naturais de existência não é "natural", mas histórica, tendo em vista que a prática humana encontra-se vinculada a sua história. (Oliveira, 2011, p.5)

O sistema capitalista rompe com a relação harmônica entre o trabalho humano e os ciclos da natureza, estimulando uma exploração utilitarista dos recursos naturais e fomentando a produção em larga escala. A partir da artificialização dos ambientes naturais, promovida pela ocupação intensiva e pela verticalização dos projetos urbanos, estabelecem-se dois domínios distintos na superfície terrestre: os espaços naturais e os espaços artificializados (Santos, 1995).

Da mesma forma que a configuração do espaço geográfico, a interação entre seres humanos e natureza possui marcos históricos definidos, resultantes das distintas formas de uso e apropriação dos elementos naturais. Essa trajetória vai desde relações mais equilibradas na pré-história até os tempos atuais, caracterizados por práticas predatórias e de caráter utilitário. Segundo Mariano *et al.* (2011), embora fortemente estruturado sob a lógica capitalista, o desenvolvimento humano permanece intrinsecamente conectado à natureza, o que exige uma constante reflexão sobre as ações humanas e suas consequências ambientais. A partir dessa interdependência, torna-se possível analisar a história natural de forma integrada à história social, correlacionando os conflitos socioeconômicos com as problemáticas ambientais, uma vez que o ser humano deve ser compreendido como parte integrante dos sistemas naturais. Promover essa articulação entre história social e história natural implica necessariamente em uma transformação nos paradigmas tradicionais já consolidados. Drummond (1991) aponta que:

Precisa ficar claro que pensar sobre a relação entre o “tempo geológico” e o “tempo social”, combinar a história natural com a história social, colocar a sociedade na natureza, enfim – implica necessariamente atribuir aos componentes naturais “objetivos” a capacidade de condicionar significativamente a sociedade... Trata-se de uma mudança séria de paradigma nas ciências sociais. Significa que o cientista social dá às “forças da natureza” um estatuto de agente condicionador ou modificador da cultura (Drummond, 1991, p.5).

Naves e Bernardes (2014) apontam que, a partir da articulação entre a história natural e a história social, torna-se possível compreender como a sociedade estabelece suas relações com a natureza, associando as problemáticas ambientais às ações antrópicas. Como estratégia para refletir e enfrentar essas questões, emergem diversos conceitos, tais como ecodesenvolvimento, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade econômica, entre outras abordagens que, ao longo do tempo, podem ser incorporadas, ressignificadas ou substituídas.

O ser humano do século XXI vivencia um contexto histórico profundamente marcado por uma crise ambiental sem precedentes na trajetória da humanidade. A partir dos avanços promovidos pela era industrial, tornou-se capaz de alterar a composição da atmosfera, modificar o curso dos rios, transformar as propriedades dos solos, promover o desmatamento de florestas, extinguir espécies, criar organismos em laboratório e até induzir fenômenos climáticos, como a precipitação, exercendo, assim, intervenções diretas e significativas sobre o ambiente natural.

Na Pré-História, especialmente no período Paleolítico, os grupos humanos viviam como caçadores-coletores, integrados aos ritmos naturais e dependentes diretamente dos ecossistemas. Os humanos primitivos eram nômades, buscavam sempre se deslocar para evitar mudanças climáticas mais severas e mesmo possíveis ataques de animais selvagens. Buscavam sempre por lugares onde a oferta de alimentos fosse vasta e a condição de abrigo segura. O principal avanço desse período foi a descoberta e domínio do fogo (Harari, 2015).

A natureza era concebida como entidade viva, misteriosa e sagrada, configurando uma ontologia animista, nos termos de Philippe Descola (2013), em que os elementos naturais possuíam agência e espiritualidade. A arte rupestre, os enterramentos rituais e os mitos cosmológicos expressam uma relação simbiótica com o ambiente — relação esta que Tim Ingold (2000) descreve como de "habitar" o mundo, e não apenas de utilizá-lo.

Tim Ingold (2013) conceitua o termo Paisagem ressaltando essa relação homem-natureza, reforçando que a paisagem não se refere a um contexto externo e acabado, que independa dos seres que o habitam, tampouco imagens ou ideias sobre ele. Ao existir nas paisagens, o homem a produz, tanto quanto é produzido por elas, por meio de processos cotidianos e materiais (Bailão, 2016).

Em razão do modo de vida nômade, os primeiros grupos humanos deslocavam-se constantemente em busca de locais que oferecessem condições mais favoráveis à sua sobrevivência. Nesse período, a compreensão acerca dos fenômenos naturais ainda era bastante limitada, fazendo com que muitos acontecimentos da natureza fossem associados à atuação de forças ou entidades sobrenaturais. Essa forma de interpretar o mundo contribuiu para que a natureza adquirisse um caráter sagrado, estabelecendo-se uma relação marcada pelo respeito, pela dependência e pela atribuição de significados simbólicos aos elementos naturais (Naves; Bernardes, 2014).

À medida que novos conhecimentos e técnicas foram sendo desenvolvidos, os grupos humanos adquiriram condições para permanecer por períodos mais longos em determinados territórios, reduzindo gradativamente a necessidade de constantes

deslocamentos. Essa mudança no modo de vida, entretanto, não significou o rompimento da relação entre o ser humano e o ambiente natural. Ao contrário, essa relação assumiu novas formas e significados. Por meio de mitos, poemas, histórias e diferentes narrativas, as sociedades passaram a elaborar explicações sobre o mundo e a refletir sobre o lugar ocupado pelo ser humano no universo (Montibeller Filho, 2008).

Com a Revolução Neolítica, há cerca de 10 mil anos, inicia-se uma profunda transição ecológica: o desenvolvimento da agricultura e a domesticação de animais levaram à sedentarização e à transformação ativa do ambiente. Esse novo modelo, ao contrário do que se supõe, não necessariamente trouxe melhoria na qualidade de vida, mas instaurou uma economia de escassez relativa, intensificando o trabalho, a desigualdade e a lógica de acúmulo. A natureza, nesse contexto, passou a ser vista como objeto de manejo e controle, inaugurando uma concepção utilitarista que progressivamente substituiu o caráter relacional das sociedades anteriores (Sahlins, 2004).

Na Antiguidade, a relação estabelecida pelas diferentes civilizações com a natureza apresentava características diversas e, por vezes, contraditórias. Povos como egípcios, gregos e romanos atribuíam significados sagrados aos elementos e fenômenos naturais, incorporando-os às suas crenças e mitologias. Paralelamente, o desenvolvimento de conhecimentos relacionados à agricultura, à astronomia e às técnicas de engenharia ampliou progressivamente a capacidade humana de intervir no ambiente e utilizar seus recursos.

Nesse contexto, o surgimento das cidades gregas representou uma mudança importante na maneira como os indivíduos se relacionavam com o espaço natural. Com a consolidação das pólis, as preocupações passaram a se concentrar cada vez mais na organização da vida coletiva, na manutenção da ordem e na proteção dos territórios e dos recursos disponíveis. A própria delimitação física das cidades pode ser compreendida como uma expressão dessa transformação, uma vez que as relações sociais passaram a ocupar uma posição de maior destaque em comparação com o vínculo anteriormente estabelecido entre os seres humanos e a natureza (Naves; Bernardes, 2014).

Ao mesmo tempo, novas formas de compreender a natureza começaram a surgir no pensamento grego, especialmente a partir das reflexões desenvolvidas pelos filósofos pré-socráticos. A busca por explicações acerca da origem e do funcionamento do mundo contribuiu para a formação de diferentes concepções sobre a posição humana diante da natureza. De um lado, havia perspectivas que compreendiam o ser humano como parte do mundo natural; de outro, desenvolveram-se interpretações que ressaltavam sua capacidade racional como elemento de diferenciação em relação aos demais seres (Pelizzoli, 1999). Posteriormente, essa distinção também esteve presente no pensamento aristotélico, que organizava os seres vivos segundo uma concepção hierarquizada, atribuindo ao ser humano uma posição particular em razão de sua racionalidade.

Na Idade Média, essa visão foi reforçada pela doutrina cristã, que atribuía à natureza uma função instrumental, subordinada à vontade divina e ao bem-estar humano (White, 1967). Essa

concepção teológica e antropocêntrica moldou por séculos a percepção de que a Terra existia para servir ao homem.

Com o tempo, essa forma de ver o mundo foi perdendo espaço para uma visão teocêntrica e monoteísta. Isso marcaria o declínio de várias divindades que, em alguns casos, representavam forças e elementos da natureza. No lugar delas surgiu um Deus único, que concentrava todo o poder. Este, dava ao ser humano soberania total sobre a natureza, e esse domínio, conforme René Descartes defendia, devia ser usado em proveito do próprio homem (Naves; Bernardes, 2014).

Neste cenário, com o advento da modernidade ocidental e da ciência mecanicista entre os séculos XVI e XVIII, essa lógica se radicalizou. A separação entre sujeito e objeto, razão e natureza, foi institucionalizada pelo pensamento cartesiano (Descartes, 1637) e pela filosofia empirista de Francis Bacon, que defendia o domínio técnico da natureza como forma de progresso. Essa racionalidade culminou na Revolução Industrial, quando a intensificação da exploração dos recursos naturais passou a ser mediada por modelos de produção baseados na eficiência, na acumulação de capital e na expansão territorial. A natureza tornou-se recurso a ser transformado — uma “máquina a ser desmontada”, como analisa Carolyn Merchant (1980 apud Pereira, 2020) instaurando a lógica de ruptura ecológica e crise socioambiental que marcaria os séculos seguintes.

A relação entre o ser humano e a natureza é constituída pela mediação indissociável do trabalho, compreendido como a atividade vital e consciente através da qual o homem transforma a matéria-prima para garantir sua sobrevivência e, ao fazê-lo, altera a si mesmo e ao ambiente. Contudo, no modo de produção capitalista, essa

dinâmica dialética sofre uma profunda distorção por meio do trabalho alienado: a força de trabalho humana perde seu valor intrínseco de uso, passa a ser comercializada como mera mercadoria e gera a divisão de classes entre executores e detentores dos meios de produção. Como resultado desse fetichismo e da exploração orientada ao acúmulo de capital, o trabalhador é despossuído de sua criação e animalizado em seu próprio fazer, enquanto a natureza deixa de ser vista como corpo inorgânico estendido do homem para ser reduzida a um recurso desmedidamente explorado (Reis; Lima; Silva, 2007).

A ideia de que a natureza existe para ser explorada em favor das atividades humanas, junto com um avanço científico que cresceu em ritmo geométrico, fez o ser humano passar a enxergar o planeta como fonte inesgotável de recursos, pronta para servir ao crescimento econômico. Nos primórdios da consciência humana, a natureza era vista como algo sagrado. Essa visão virou um obstáculo para o capitalismo, que depende justamente da apropriação dos bens naturais para se mover. O vínculo com a natureza, que já vinha se enfraquecendo, rompeu-se de vez, e a preservação ambiental simplesmente saiu do horizonte desse novo modo de vida (Naves; Bernardes, 2014).

Hoje, a confiança recai sobre a ciência e a tecnologia, tratadas como ferramentas para usar os recursos naturais conforme a conveniência humana. A cultura da industrialização transformou interesses em necessidades, e as leis acompanharam essa mudança. Em vez de considerar a dimensão ética da relação com a natureza, as regulamentações se ajustam ao modelo econômico vigente, que por sua vez orienta as decisões políticas. O ciclo se alimenta sozinho (Mendes, 2010).

O homem deixa de se ver como parte da natureza e se coloca como seu dono. Um sistema econômico que precisa se expandir o tempo todo empurra as pessoas para o consumo massivo de recursos, num ritmo que o planeta não consegue repor. A lógica criada pelo próprio ser humano acaba se voltando contra ele: a acumulação de capital recai sobre a natureza e, por consequência, sobre boa parte da população (Leff, 1999).

A partir do século XIX, os efeitos desse percurso ficam impossíveis de ignorar. As atividades humanas cresceram em ritmo exponencial e, com elas, vieram o aquecimento global, a degradação dos ecossistemas, a perda de biodiversidade e o agravamento das injustiças ambientais (Rockström et al., 2009; Sachs, 2012). O consumo sem limite e a ganância produziram um cenário de caos ambiental e deixaram um impasse que ainda não foi resolvido: como preservar a natureza sem renunciar ao crescimento econômico (Gerent, 2011).

A industrialização, porém, não mudou só a relação com o meio ambiente. Mudou a própria sociedade. Para garantia do lucro das indústrias, que passaram a produzir em grande escala, se fazia necessária uma sociedade de consumo que absorvesse tamanha produção e assim garantir a lucratividade. Para tanto, o marketing surge com propósito de criar necessidades que antes não existiam e influenciar o consumo (Albuquerque, 2007). Para alcançar o público, as empresas passaram a anunciar em jornais, no rádio e na televisão, e a propaganda virou presença constante no dia a dia das pessoas. O resultado foi a consolidação de novas demandas e o surgimento do que se convencionou chamar de sociedade de consumo (Kupstas, 1997).

Sair dessa lógica linear exige que as diferentes áreas do conhecimento conversem entre si, e de forma contínua. Quando isso acontece, as mudanças sociais passam a ter uma base mais consistente, surgem caminhos mais amplos e coerentes, e fica mais fácil notar quando se está andando para trás. Leff (2006) dá a esse tipo de colaboração o nome de transdisciplinaridade.

Sammarco (2005) propõe que esse esforço aconteça inicialmente no âmbito das ideias, considerando a ética, filosofia e mesmo a teologia. Estas teriam uma função de reaproximação do humano com a natureza, reativando uma relação de reverência e encantamento entre eles. Conforme Unger (1992), fazer o humano perceber-se integrado ao contexto natural, no real sentido, e no sentido metafísico do processo. Em seguida, outro aspecto considerado, perpassa a faceta legislativa, o poder público. Com políticas que venham mediar essa relação por meio de fiscalização, fortalecimento e mesmo sensibilização social (Mendes, 2010).

Há também um aspecto mais pessoal. Ao vivenciar experiências com a natureza e aproveitar os benefícios para o bem-estar que ela oferece, é possível perceber uma distinção entre ambientes naturais e "artificiais", valorizando, dessa forma, a condição natural do mundo. De acordo com Sammarco (2005), indivíduos que vivenciam essa experiência se engajam mais nos processos de resignificação da relação entre homem e natureza. Isso se torna ainda mais relevante em uma época em que a tecnologia desempenha um papel tão importante no dia a dia e o contato com o mundo físico se torna cada vez mais escasso.

Em resposta a essa crise, emergem novas abordagens teóricas e práticas que questionam os paradigmas civilizatórios dominantes.

Entre elas, a ecologia humana desempenha um papel central ao propor uma leitura holística dos sistemas socioecológicos, articulando conhecimentos da biologia, da antropologia, da geografia, da psicologia ambiental e da filosofia (Marten, 2001).

Ademais, correntes como a ecologia política (Porto, Martinez-Alier, 2007), filosofia da complexidade (Morin, 1997) e conhecimentos indígenas e tradicionais (Toledo, 2002; Kopenawa; Albert, 2010) contrariam a lógica utilitarista e proporcionam alternativas baseadas na reciprocidade, no cuidado e na interdependência entre todos os seres vivos. A ideia de "justiça socioambiental" e a promoção dos direitos da natureza constituem esforços concretos para reconfigurar a relação entre homem e natureza, recuperando as relações éticos e simbólicos que foram deteriorados durante o período da modernidade.

Assim, as diferentes etapas históricas da relação entre humanidade e natureza evidenciam um percurso marcado por tensões, rupturas e reconexões. Reconhecer essa trajetória e suas inflexões permite vislumbrar caminhos para um futuro mais sustentável, onde a coexistência, a diversidade e o respeito aos limites ecológicos sejam princípios orientadores de novas formas de habitar o planeta.

Ao longo da última década, a literatura acadêmica tem investigado de maneira ampla e multidisciplinar a conexão entre humanos e natureza, evidenciando uma preocupação crescente com as consequências dessa interação para a sustentabilidade e qualidade de vida (Cidreira-neto; Rodrigues, 2017; Cavalcante; Elali, 2018). Taus estudos mostram que a ligação emocional e cognitiva com a natureza, muitas vezes chamada de "conexão com a natureza", está fortemente relacionada a atitudes pró-ambientais. Uma meta-

análise demonstrou uma correlação positiva significativa entre essa ligação e a participação em iniciativas ambientalmente responsáveis. Isso sugere que pessoas mais conectadas à natureza costumam adotar práticas sustentáveis com mais frequência (Sobrinho, 2020).

Além disso, pesquisas têm destacado que a percepção dos valores da natureza e a sensação de conexão com ela variam conforme os níveis de urbanização. Embora a urbanização possa reduzir as oportunidades de interações diretas com ambientes naturais, a relação entre a conexão com a natureza e a valorização dos serviços ecossistêmicos permanece consistente, sugerindo que fortalecer essa conexão pode promover uma maior valorização da natureza, independentemente do contexto urbano (Almeida; Lessa, 2019).

A diversidade nas relações humano-natureza também tem sido objeto de análise, com estudos evidenciando que essas interações são moldadas por fatores culturais, sociais e individuais. Reconhecer essa diversidade é crucial para o desenvolvimento de estratégias de conservação eficazes e inclusivas, que considerem as múltiplas formas pelas quais as pessoas percebem e se relacionam com o ambiente natural (Zacarias; Higuchi, 2017; Vellozo; De Oliveira Santos, 2022).

Em síntese, a literatura da última década tem aprofundado a compreensão das complexas interações entre humanos e natureza, destacando a importância de fortalecer a conexão com o ambiente natural para promover comportamentos sustentáveis, melhorar a saúde pública e desenvolver políticas eficazes de conservação ambiental.

3. A IMPORTÂNCIA DA ECOLOGIA HUMANA NESSA TRAJETÓRIA

Compreender a relação entre seres humanos e natureza ao longo do tempo requer uma abordagem que vá além das explicações unidimensionais e seja capaz de capturar a complexidade dos sistemas socioecológicos. Isso implica reconhecer que natureza e sociedade não são domínios isolados, e sim dimensões entrelaçadas de um mesmo processo, ao mesmo tempo histórico e ecológico. É nesse ponto que a ecologia humana ganha relevância como campo de conhecimento e de método, por oferecer uma leitura crítica e interdisciplinar das relações que os seres humanos estabelecem com o ambiente em que vivem. De acordo com Alvim e Castelhanos (2017), a Ecologia Humana vem se orientando para uma perspectiva teórica em que o ser humano se reconhece como parte do pensamento ecológico como um todo, e não como um elemento à parte. Assim, a ecologia tem buscado reafirmar o lugar do ser humano dentro do ambiente, entendendo-o como alguém integrado às dinâmicas do ecossistema e, por isso mesmo, sujeito a elas.

[Sobre a dinâmica proposta por essa nova ciências, Lawrence (2014) vem ressaltar que o avanço dessa vertente teórica passa pela ampliação de uma visão ecológica convencional, onde, numa visão holística, o humano é foco do estudo, numa perspectiva multissistêmica e interdependente ao seu entorno. O autor pontua:

(...) relações entre indivíduos-ambiente sobre um quadro holístico que inclui as contribuições de ambos os fatores sociais e naturais. Estas interpretações parciais refletem e reforçam as tradições de longa data em estas e outras disciplinas que separam as pessoas do seu ambiente imediato ou consideram o ambiente como se afetada pelas atividades humanas.” (p. 42)

Begossi (1993) lembra que, para alguns estudiosos, a Ecologia Humana vai além da ecologia convencional. Ao estudar a "relação do homem com o ambiente", ela incorpora fatores econômicos, sociais, psicológicos e outros, e assim chega a uma perspectiva mais ampla e holística. Só que essa abertura não quer dizer falta de foco. A ecologia humana tem objetivos e métodos bem definidos, voltados a entender como o comportamento humano responde às variáveis ambientais. Por isso, tratá-la de forma genérica demais custa caro: perde-se rigor conceitual e precisão na análise.

Begossi (1993) acrescenta que, nas últimas décadas, a ecologia humana seguiu trajetórias distintas, dependendo de sua epistemologia disciplinar. A autora mostra ainda, que a ecologia humana cresceu de forma própria dentro de várias disciplinas. Na sociologia, ela nasce sob influência de Spencer e Durkheim e se firma nos anos 1920, com Park, na Universidade de Chicago. Com o tempo, passa de uma base teórica sistêmica para estudos demográficos e, a partir de 1970, para um enfoque interdisciplinar voltado à política ambiental. A geografia chegou a propor que todo o seu campo se chamasse ecologia humana. Já na epidemiologia, a linha é mais europeia. Nos Estados Unidos, a ecologia humana se aproximou da antropologia. Surgiram ainda a ecologia social, que

junta variáveis econômicas, sociais e ambientais, e a psicologia ambiental, que estuda a percepção do ambiente e o efeito dos poluentes sobre o comportamento humano (Begossi, 1993; p. 2).

Ao articular conhecimentos de áreas como biologia, antropologia, sociologia, geografia, filosofia e educação ambiental, a Ecologia Humana constitui uma perspectiva analítica robusta para compreender a complexidade das interações entre sociedade e natureza. Por meio dessa perspectiva, torna-se possível assimilar como os seres humanos se ajustam aos contextos sociais e naturais em que estão inseridos, elaborando práticas culturais de cuidado, manejo e simbolização. Além disso, permite investigar como os ecossistemas são modificados especialmente a partir da Revolução Industrial e da consolidação do capitalismo global. Mais do que isso, torna evidente a necessidade premente de ressignificar essas interações, considerando as desigualdades socioambientais, os limites ecológicos do planeta e as demandas por justiça ambiental (Pires, 2014).

A partir dessa contextualização histórica, evidencia-se que a Ecologia Humana percorrer trilhas distintas que não são divergentes, ao contrário, são complementares visto que exploram problemáticas diferentes e adotam métodos próprios. “São faces diferentes de uma mesma moeda” (p. 18). Cada linha deve contribuir de sua forma uma perspectiva pontual, porém complementar, sobre o conhecimento acerca da relação do homem com o ambiente (Begossi, 1993).

Ecologia Humana é uma das áreas de estudo mais inclusivas, na medida em que acolhe e valoriza todos os saberes que possam contribuir para o aprimoramento da pesquisa. Nesse sentido,

moldá-la como ciência é um fato que não deveria ser colocado em discussão, apesar de ainda haver um debate na literatura quanto essa classificação, como aponta Bonfim (2016). Seu caráter multidisciplinar articula e integra diferentes perspectivas e interpretações, conferindo à produção científica uma riqueza de informações que não se limita a si mesma, mas expande conceitos provenientes de múltiplas áreas do conhecimento.

Na essência, a Ecologia Humana adota uma perspectiva holística, na qual seus componentes se integram em um todo interconectado. Isso significa que busca, em cada uma de suas partes ou campos, compreender os elementos como integrantes de um único sistema, simultaneamente complexo e dinâmico. Carrega, ainda, uma dimensão filosófica, ao refletir sobre até que ponto seu conceito transcende os limites das áreas do saber. Sua abordagem não se restringe a uma análise histórico-temporal, mas também se projeta para o futuro, considerando os desafios da sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental (Dyball, 2011), impulsionada pelo compromisso ético com o presente e as gerações futuras.

A ecologia humana, portanto, não se limita a interpretar as dinâmicas ambientais. Ela convoca à ação, propondo uma nova ética do habitar planetário baseada na interdependência, na diversidade biocultural, na sustentabilidade e na corresponsabilidade coletiva. Trata-se de fomentar uma consciência ecológica crítica, que sustente práticas sociais mais integradas, regenerativas e inclusivas, diante dos múltiplos desafios da contemporaneidade. Em um cenário marcado por colapsos ambientais e crises civilizatórias, a ecologia humana torna-se não apenas uma lente interpretativa, mas uma chave de transição para novos modos de vida mais justos e sustentáveis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formulação teórica acerca da relação entre os seres humanos e a natureza revela um extenso e contraditório percurso histórico, que transita da convivência simbiótica e reverente dos grupos humanos ancestrais para a lógica utilitária e fragmentada da modernidade industrial. Essa trajetória, atravessada por rupturas epistemológicas e práticas de apropriação e domínio ambiental, não apenas reflete a transformação dos modos de existência, como também expõe as maneiras pelas quais diferentes sistemas de conhecimento construíram representações da natureza enquanto objeto de controle, exploração e subjugação.

No cenário atual, marcado por múltiplas crises ecológicas e civilizatórias, como as alterações climáticas, a perda acelerada da biodiversidade, o esgotamento dos recursos naturais e o agravamento das desigualdades socioambientais, torna-se indispensável reavaliar criticamente os alicerces dessa relação. A natureza não pode mais ser concebida como um elemento passivo ou mero depósito de matérias-primas a serviço das demandas humanas. Ao contrário, ela precisa ser reconhecida como uma condição essencial da existência, um território de significados simbólicos, um espaço de pertencimento e, acima de tudo, uma teia de interdependências da qual o ser humano é integrante, e não protagonista absoluto.

Faz mais sentido o ser humano admitir que veio da natureza e depende dela para existir, como qualquer outro ser vivo. A diferença está na capacidade de raciocinar e de especular sobre o mundo e sobre si. Quem se enxerga como parte do planeta tende a construir

outra filosofia de vida, em que uma inteligência sem paralelo traz junto a responsabilidade pela vida na Terra (Silva; Sammarco, 2015).

A história da relação entre humanidade e natureza mostra que o vínculo de hoje está bem distante do que já foi. O afastamento veio aos poucos. Uma pessoa comum cresce cercada de valores, normas e costumes que sempre deixam a preservação ambiental para depois, e acaba absorvendo e repetindo isso de forma quase automática.

O ser humano contemporâneo já não consegue perceber que proteger a natureza é sinônimo de se proteger e todos seus descendentes. Não consegue perceber-se inerente ao ambiente, como constituinte. Na sociedade atual, tal discurso é caracterizado como excessos ambientalista, e até mesmos irreais, pois tal sociedade se encontra alienada em um objetivo econômico de crescimento constante. Esse cenário se perpetua e o impacto socioambiental resultante já não tem precedentes.

Reconstruir esse ele perdido (homem-natureza) e assim possibilitar um planeta saudável e sustentável para as próximas gerações, se faz reformular os paradigmas do establishment, modificando uma visão econômica das ações humanas. Retomando o elo de cuidado e sustentabilidade entre humano e ambiente. É modificar uma perspectiva instrumental e racionalista por uma fundamentalmente ecológica.

Esse contexto, daria conta da complexidade dos sistemas vivos e das demandas urgentes por justiça socioambiental. Uma ética de corresponsabilidade e cuidado, que valorize os direitos da natureza, os saberes dos povos originários, as vozes das gerações futuras e a

vulnerabilidade comum a todos os seres vivos. Com o extrativismo globalizado avançando, a Ecologia Humana busca compreender o que origina e agrava a crise ambiental e, a partir de uma perspectiva transdisciplinar, formular novos sentidos de existência, ligados à restauração dos ecossistemas e do nosso vínculo com a Terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Bruno Pinto de. **As relações entre o homem e a natureza e a crise socioambiental**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2007.

ALMEIDA, Renata Vilar de; LESSA, Cláudia Pires. A urbanização e a (des)conexão do ser humano com a natureza: um estudo de caso com familiares que nasceram no ambiente rural e migraram para o urbano. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 10.; ENCONTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 7., 2019, São Cristóvão. **Anais [...]**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2019.

ALVIM, Ronaldo Gomes; CASTELHANOS, H. G. Ecologia humana sobre a óptica da construção do saber multidisciplinar. In: ALVIM, Ronaldo Gomes; MARQUES, Juracy (org.). **Raízes da Ecologia Humana**. Paulo Afonso: SABEH, 2017.

ALVIM, Ronaldo Gomes. Bases da Ecologia Humana. In: ALVIM, Ronaldo Gomes; BADIRU, Ajibola Isau; MARQUES, Juracy (org.). **Ecologia Humana: uma visão global**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014. p. 21-40.

BAILÃO, André S. Paisagem – Tim Ingold. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2016. ISSN: 2676-038X.

BEGOSSI, Alpina. Ecologia Humana: um enfoque das relações homem-ambiente. **Interciência**, v. 18, n. 1, p. 121-132, 1993.

BONFIM, Luciano Sérgio Ventin. Ecologia Humana: ciência ou paradigma. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ECOLOGIA HUMANA, 3., 2016, Paulo Afonso. **Anais [...]**. Paulo Afonso: SABEH, 2016.

CASTRO, Bruna J.; OLIVEIRA, Moisés A. Para além da dicotomia homem-natureza: a perspectiva não-moderna de Bruno Latour. **REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 35, n. 2, p. 348-361, 2018.

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (org.). **Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2018.

CIDREIRA-NETO, Ivo Raposo Gonçalves; RODRIGUES, Gilberto Gonçalves. Relação homem-natureza e os limites para o desenvolvimento sustentável. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 6, n. 2, p. 1-15, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/231287/25644>. Acesso em: 21 abr. 2025.

DESCOLA, Philippe. A antropologia da natureza de Philippe Descola. Entrevista. **Topoi: Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, 2013.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.

DYBALL, Robert. Human Ecology. In: **Berkshire Encyclopedia of Sustainability**. Great Barrington: Berkshire Publishing, 2011.

GERENT, Juliana. A relação homem-natureza e suas interfaces. **Cadernos de Direito**, v. 11, n. 20, p. 23-46, 2011.

GONÇALVES, Júlio Cesar. Homem-natureza: uma relação conflitante ao longo da história. **Saber Acadêmico**, n. 6, dez. 2008.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Tradução de Jorio Dauster. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2015. 464 p.

HAWCROFT, Lucy; MILFONT, Taciano. The use (and abuse) of the new environmental paradigm scale over the last 30 years: a meta-analysis. **Journal of Environmental Psychology**, v. 30, p. 143-158, 2010.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUPSTAS, Marcia. **Ecologia em debate**. São Paulo: Moderna, 1997. p. 97-112.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LAWRENCE, Roderick J. Understanding environmental quality through quality of life (QOL) studies. In: INTER-UNIVERSITY SEMINAR

ON HUMAN ECOLOGY, 2014, Geneva. **Proceedings [...]**. Geneva: University of Geneva, 2014.

LEFF, Enrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 111-129.

_____. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. Revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARIANO, Zilda Fátima; SCOPEL, Iraci; PEIXINHO, Dimas Moraes; SOUZA, Marcos Barros. A relação homem-natureza e os discursos ambientais. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 22, p. 158-170, 2011. DOI: 10.7154/RDG.2011.0022.0008. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rdg/article/view/47224>. Acesso em: 22 maio 2025.

MARTEN, Gerald G. **Human Ecology: basic concepts for sustainable development**. London: Earthscan, 2001.

MENDES, Ana Stela Vieira. A relação homem-natureza através dos tempos: a necessidade da visão transdisciplinar como fundamento do direito ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 19., 2010, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Conpedi, 2010. p. 1628-1642.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

MORIN, Edgar. Complexidade e a ética da solidariedade. In: CASTRO, Gustavo de et al. (coord.). **Ensaios da complexidade**. Porto Alegre:

Sulina, 1997.

NAVES, João Gabriel de Paula; BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira. A relação histórica homem/natureza e sua importância no enfrentamento da questão ambiental. **Revista Geosul**, v. 29, n. 57, p. 7-26, 2014.

OLIVEIRA, Ana Maria S. de. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **Pegada: a Revista da Geografia do Trabalho**, v. 3, 2011. DOI: 10.33026/peg.v3i0.793. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/793>. Acesso em: 23 maio 2025.

PELIZZOLI, Marcelo Luiz. **A emergência do paradigma ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI**. Petrópolis: Vozes, 1999.

PEREIRA, Gabriel Schunk. The Death of Nature quarenta anos depois: as contribuições para o ecofeminismo e a historiografia da ciência. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 27, n. 2, p. 690-692, abr. 2020.

PEREIRA, Jussara Jessica; MACHADO, Filipe Cabacine Lopes. Dicotomia entre homem e natureza: a noção de modernidade e colonialidade como projeto estruturante da crise ecológica. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 11., 2022. **Anais [...]**. [S. l.]: ANPAD, 2022. ISSN: 2177-2371.

PIRES, Iva Miranda. Problemas sociais complexos: o olhar da ecologia humana. In: ALVIM, Ronaldo Gomes; BADIRU, Ajibola Isau; MARQUES, Juracy (org.). **Ecologia Humana: uma visão global**. Feira de Santana: UEFS, 2014.

PORTO, Marcelo Firpo; MARTINEZ-ALIER, Joan. Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. S503-S512, 2007.

REIS, Daniela Santana; LIMA, Josciene de Jesus; SILVA, Neilton da. A relação homem-natureza mediada pela técnica: implicações para a sustentabilidade socioambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 4., 2007, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 1-9.

REZZADORI, Cristiane Beatriz Dal Bosco. **Educação química pelo olhar latouriano**. 2017. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

ROCKSTRÖM, J.; STEFFEN, W.; NOONE, K.; PERSSON, Å.; CHAPIN, F. S.; LAMBIN, E. F. et al. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. **Ecology and Society**, v. 14, n. 2, art. 32, 2009.

RODRIGUES, Rodrigo Amaral; LIMA, Maria de Jesus de Araújo. O refletir da relação homem-natureza em tempos de crise socioambiental na sociedade contemporânea. In: SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA CHRISFAPI, 15., 2024, Piripiri. **Anais [...]**. Piripiri: Chrisfapi, 2024. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/xv-semana-chrisfapi/trabalho/402189>. Acesso em: 21 maio 2025.

SACHS, Ignacy. De volta à mão visível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 7-20, 2012.

SAHLINS, Marshall. A sociedade afluyente original. In: SAHLINS, Marshall. **Cultura na prática**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004. p. 105-151.

SAMMARCO, Yanina Micaela. * **Percepções socioambientais em unidades de conservação: o Jardim de Lillith?** 2005. 211 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SANTOS FILHO, Bruno Freitas. Homem e a natureza: a difícil harmonia sustentável. **Journal of Media Critiques**, v. 9, n. 23, p. 20-41, 2023. DOI: 10.17349/jmcv9n23-002. Disponível em: <https://journalmediacritiques.com/index.php/jmc/article/view/2>. Acesso em: 21 maio 2025.

SILVA, Keila Camila; SAMMARCO, Yanina Micaela. Relação ser humano e natureza: um desafio ecológico e filosófico. **Revista Monografias Ambientais**, v. 14, n. 2, p. 4-5, 2015.

SOAREZ DE OLIVEIRA, Ana Maria. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 6, n. 119, 2007. ISSN: 1138-9788. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-18.htm>. Acesso em: 21 de maio 2025

SOBRINHO, Ivan. A relação homem-natureza: evolução ou autodestruição. Vitória da Conquista: Programa de Gerenciamento Ambiental do CAT/IMS, Universidade Federal da Bahia, 2020. Disponível em: <https://ufbaconquista.wordpress.com/2020/11/04/55-a-relacao-homem-natureza-evolucao-ou-autodestruicao/>. Acesso em: 15 maio 2025.

TOLEDO, Víctor M. Ethnoecology: a conceptual framework for the study of indigenous knowledge of nature. In: STEPP, John Richard; WYNDHAM, Felice S.; ZARGER, Rebecca K. (ed.). **Ethnobiology and Biocultural Diversity**: proceedings of the 7th International Congress of Ethnobiology. Athens: International Society of Ethnobiology, 2002. p. 511-522.

UNGER, Nancy Mangabeira. **Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico**. São Paulo: Loyola, 1992.

VELLOZO, Leticia Domingos; DE OLIVEIRA SANTOS, Leticia Costa; WEINS, Niklas Werner. Disseminação de ideias de soluções baseadas na natureza: uma análise da implementação do Parque Orla de Piratininga, Niterói (RJ). **Revista LABVERDE**, v. 12, n. 1, p. 100-128, 2022.

WHITE, Lynn. The historical roots of our ecologic crisis. **Science**, v. 155, n. 3767, p. 1203-1207, 1967. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.155.3767.1203>. Acesso em: 16 set. 2026.

ZACARIAS, Elisa Ferrari Justulin; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto. Relação pessoa-ambiente: caminhos para uma vida sustentável. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, n. 3, p. 121-129, jul. 2017.

¹ Discente de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da UNEB. Mestre em Psicologia Cognitiva pela UFPE. Graduada em Psicologia pela UNIVASF. Docente da Universidade de Pernambuco – UPE. E-mail:

[acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7703-3033>.

² Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutorado em Electrónica y Computación pela Universidad de Santiago de Compostela. Pós-Doutorado em Computação (UFPE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0399-3621>.

³ Docente da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. Pós-Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Doutorado e Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1912-1171>.